



Critérios de Pesquisa:

Período: 01/04/2025 a 30/04/2025

Assunto: "Conferências das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025" OR
"COP"

Documento 1/10

39.2025	Sessão Ordinária - CD	01/04/2025-21:28
Publ.: DCD - 02/04/2025 - 230	Delegado Caveira-PL -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado denunciou o estado de abandono da Polícia Civil do Pará, apontando falta de coletes em condições de uso, cortes de recursos para diárias e combustível, delegacias em situação precária e redução do expediente para contenção de gastos. Criticou o Governador Helder Barbalho, acusando-o de omissão, incompetência e descaso com a segurança pública, especialmente durante o carnaval, quando esteve no Rio de Janeiro. Alertou para a revolta generalizada entre as categorias da Polícia Civil e questionou como o Pará poderá sediar a COP 30 diante da precariedade atual. Ao finalizar, reafirmou apoio às entidades policiais e cobrou respeito e valorização.

O SR. DELEGADO CAVEIRA (Bloco/PL - PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Subo a esta tribuna mais uma vez, Sr. Presidente, para dizer do abandono da Polícia Civil do Estado do Pará, para denunciar que a Polícia Civil do Estado do Pará está às traças. Uma instituição com 148 anos de história, essencial para a segurança da população, foi jogada na lata do lixo.

Os policiais civis, que arriscam suas vidas diariamente, recebem nada mais, nada menos do que coletes vencidos para trabalhar diariamente. Passam um ano inteiro sem proteção porque o Governo foi totalmente irresponsável e negligente. Esse é o descaso que o Governador tem com a Polícia Civil do Estado do Pará.

As delegacias estão despencando, caindo aos pedaços. Durante o carnaval, unidades foram inundadas. Havia muita água, Sr. Presidente. E onde estava o Governador? Na Marquês de Sapucaí, desfilando, sambando na cara do povo e se divertindo.

Os presos estão se acumulando diariamente nas delegacias. Foram cortadas as diárias dos policiais. Se os policiais quiserem transferir os demais presos, terão que gastar o próprio dinheiro.



O Governo reduziu o expediente da Polícia Civil, Sr. Presidente, apenas para economizar dinheiro com energia elétrica.

Queremos combater o crime, mas como combater o crime se o combustível da Polícia Civil foi cortado totalmente? Hoje não há combustível para a Polícia Civil. A Polícia Civil do Estado do Pará está com toda a frota parada. Os cartões de abastecimento foram bloqueados.

Sr. Presidente, se a polícia quiser funcionar no interior, ela precisa integralmente de Prefeituras para bancar sua estrutura.

Essa é a situação de caos na Polícia Civil.

E digo mais. Esse Governador destrói a dignidade de nossos policiais, de nossos agentes. Os salários dos policiais estão entre os piores do Brasil, mas eles estão arriscando a vida, trabalhando sem estrutura e sem nenhum tipo de valorização. Nós exigimos melhores salários, condições dignas e o mínimo de respeito.

A culpa desse acinte tem nome e sobrenome: Helder Barbalho, o pior Governador que a Polícia Civil já teve, bem como toda a população do Estado do Pará. É um Governador omissor, um Governador covarde, um Governador incompetente.

Agora me pergunto: como esse Governo quer sediar a COP 30 sem a polícia? Como garantir a segurança com a polícia falida?

A revolta é geral. A revolta é de delegados, de investigadores, de escrivães, de papiloscopistas, de motoristas, de policiais. Todos estão totalmente indignados.

Mas uma coisa eu digo desta tribuna: não soltaremos a mão de ninguém. A Adepol Pará, o Sindpol Pará, a Unipol Pará, o Sindelp, todas as entidades podem contar comigo. A polícia do Pará não se curvará a esse ditador e comunista Helder Barbalho.

Exigimos respeito, dignidade, melhores salários e valorização. Não aceitamos menos do que isso.

Soube hoje, agora há pouco, que talvez o delegado-geral não seja o mesmo já a partir de amanhã. Não é só isso que a polícia vai exigir. A polícia exige respeito, dignidade e valorização.

Contem comigo no Congresso Nacional. Sou o Delegado Caveira, Deputado Federal. Estamos juntos.



45.2025

Sessão Ordinária - 08/04/2025-13:55
CD

Publ.: DCD - 09/04/2025
197

- Roberto Duarte-REPUBLICANOS -AC

ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os contratos firmados pelo Governo Federal com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI), que envolveriam valores milionários sem licitação e com pouca transparência. Destacou o contrato de R\$ 478 milhões para a organização da COP30 e questionou a proximidade da Primeira-Dama, Janja, com a OEI, apontando indícios de influência política e favorecimento. Afirmou que a atuação da OEI no Brasil configura um esquema que burla os processos legais sob o pretexto de cooperação internacional. Defendeu mais ética, controle e respeito ao dinheiro público, cobrando respostas do governo e reafirmando que o País pertence ao povo, e não a interesses externos.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ROBERTO DUARTE (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Parlamentares, hoje venho a esta tribuna para levantar uma bandeira que deveria ser de todos os brasileiros: a defesa da transparência, da ética pública e do bom uso do dinheiro que sai do bolso do contribuinte.

O foco da minha fala é um escândalo silencioso que cresce nos bastidores do poder: os vultosos contratos firmados pelo governo do Sr. Lula da Silva com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Uma entidade internacional que, sob a atual gestão, se tornou protagonista de um esquema disfarçado de cooperação, onde as cifras aumentam, os critérios desaparecem e a conexão com o poder é, no mínimo, incômoda.

De 2023 até aqui, os contratos com a OEI explodiram. Só em 2024, foram quase R\$ 600 milhões, incluindo o polêmico contrato de R\$ 478 milhões para organizar a COP30 em Belém. Um acordo assinado **sem licitação**, sem concorrência, sem a mínima transparência. E tudo isso se sustenta no argumento de que a OEI, por ser uma entidade internacional, está



isenta dos processos licitatórios que qualquer empresa nacional precisa seguir.

Mas isso é aceitável? É justificável? É ético?

O povo brasileiro não pode ser tratado como espectador de um teatro diplomático onde o palco é o Palácio do Planalto e o ingresso custa milhões aos cofres públicos.

E os laços entre a OEI e o núcleo do governo são visíveis demais para serem ignorados. Fotos, eventos, homenagens. A primeira-dama, Rosângela da Silva, a Janja, aparece constantemente ao lado de dirigentes da OEI, participa de eventos promovidos pela organização, e chegou, inclusive, a receber uma proposta de cargo de coordenação internacional. O convite foi retirado após a pressão pública, mas o recado foi dado: há uma proximidade que ultrapassa os limites institucionais.

Eventos como o infame “Janjapalooza”, durante o G20, bancado pela OEI, colocaram a primeira-dama no centro da cena política internacional sem qualquer cargo oficial ou responsabilidade formal. E tudo isso alimenta uma pergunta incômoda, mas necessária: qual é o papel real de Janja nesse governo?

É simbólico, institucional ou é político e estratégico?

Não estamos apenas falando de aparições públicas. Estamos falando de poder, influência e dinheiro público.

A mesma OEI que virou braço executor de políticas públicas hoje embolsa taxas de administração que passam dos R\$ 40 milhões — dinheiro que poderia estar investido na saúde, na educação, na segurança.

E tudo isso sem licitação. Sem transparência. Sem concorrência.

Enquanto isso, o cidadão comum vê escolas sucateadas, hospitais sobrecarregados e um país onde cada centavo precisa ser suado. Mas no topo do poder, contratos milionários são assinados por conveniência política, não por eficiência técnica.

Não se trata de negar a importância de eventos como a COP30 ou a relevância da cooperação internacional. Mas isso deve ser feito com responsabilidade, com lisura e com respeito ao interesse público.

O que vemos hoje é o oposto: um governo que prometeu ética, mas entrega privilégios; que prometeu mudança, mas repete velhas práticas com nova roupagem.

Por que a OEI? Por que Janja? Por que tanto dinheiro sem controle?

É hora de fazer essas perguntas ecoarem.



É hora de exigir respostas.

E, mais do que isso, é hora de colocar o povo novamente no centro das decisões, e não à margem dos esquemas.

O Brasil não é propriedade de uma organização estrangeira. O Brasil é do seu povo. E o povo quer a verdade.

Era o que tinha a dizer. Solicito que meu pronunciamento seja difundido na Voz do Brasil e demais órgãos de comunicação desta Casa.

Documento 3/10

47.2025	Sessão Ordinária - CD	09/04/2025-20:32
Publ.: DCD - 10/04/2025 - 201	Zé Trovão-PL -SC	
	ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

O Deputado ironizou a greve de fome anunciada pelo Deputado Glauber Braga e defendeu sua cassação por suposta agressão. Em seguida, denunciou o Governo Federal, acusando-o de envolvimento em um suposto esquema de desvio de recursos públicos por meio de contratos com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Afirmou que esses contratos, sem licitação e com taxas de administração ampliadas, configurariam uma manobra para burlar a legislação e favorecer interesses políticos, inclusive com possíveis indícios de tráfico de influência envolvendo a Primeira-Dama e membros do alto escalão governamental. Citou como exemplo contratos milionários firmados com diversos Ministérios e órgãos federais, relacionados principalmente à organização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), em Belém (PA), e alegou que haveria uso indevido de decretos para driblar regras de licitação. Comparou o caso a escândalos anteriores, como o mensalão e o petrolão, sugerindo que este novo esquema seria ainda mais sofisticado. Encerrou com ataques à Esquerda e ao Governo Lula, acusando-os de serem responsáveis por prejuízos ao país e prometendo continuar fiscalizando e denunciando o que considera atos de corrupção.

O SR. ZÉ TROVÃO (Bloco/PL - SC. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é uma noite em que todos nós estamos na Câmara dos Deputados e podemos dizer que esta Casa, pela primeira vez, desde o dia em que eu pisei a planta dos meus pés aqui, fez a primeira justiça. E eu nem vim falar sobre o Deputado Glauber Braga. Eu nem vim discutir esse assunto. Nós vamos discutir isso na votação, cassando um homem que não tem escrúpulos. E digo mais: segundo ele, ele vai ficar no plenário da Comissão em greve de fome. Vamos fiscalizar se ele não vai receber um sanduíche de presunto lá, hein? Se é greve de fome, que fique em greve de fome. Mostre que realmente



tem coragem, porque covarde ele é, e muito. Agrediu e tem que pagar pelo seu crime.

Bom, Sr. Presidente, como eu disse, eu subo a esta tribuna hoje para fazer não um discurso político trivial, mas para denunciar um dos maiores e mais graves esquemas de uso indevido de dinheiro público, que burla a lei, e de possível tráfico de influência que este Governo tenta implementar sob o manto de uma falsa legalidade. Talvez estejamos diante de um novo escândalo do mensalão, uma reprise do petrolão, só que com muito mais engenhosidade. Quem sabe possamos estar diante do maior esquema chamado "janjão"? Desde ontem, o jornal *O Estado de S.Paulo* vem publicando uma série de reportagens que revelam um grande escândalo em curso no Brasil. Estamos falando de centenas de milhões de reais — dinheiro que deveria ir para a saúde, educação, segurança, mas que, segundo fortes indícios, está sendo direcionado de forma suspeita.

O Governo Federal tem fechado contratos gigantescos com uma entidade internacional chamada Organização dos Estados Ibero-Americanos — OEI. Só para a realização da COP 30, um evento sobre clima, foram dois contratos que somam 500 milhões de reais. E o mais grave: esses contratos foram feitos sem licitação. Vejam onde está o perigo. O que isso significa? Licitação é a regra de ouro para o Governo contratar. Significa pesquisar preços antes de comprar algo caro, garante a melhor proposta e evita desperdícios. No entanto, o Governo criou regras próprias, como sempre, por meio de decretos, para driblar essa obrigação.

A investigação aponta que a OEI estaria agindo apenas como uma intermediária. Olhem só, uma intermediária, uma organização contratada que é intermediária! Ela recebe uma taxa de administração, que, anteriormente, era de 5% no Governo Bolsonaro, mas que Lula transformou em uma taxa de 10% — que absurdo, que falta de respeito! —, só para fazer o que o próprio Governo deveria realizar: contratar serviços comuns.

Bom, Sr. Presidente, são muitas coisas, mas o que eu quero deixar claro aqui, deixar muito claro, é que não estamos falando de um caso isolado. Sr. Presidente, sob o guarda-chuva desses decretos ilegais — registrem isso! —, a farra com o dinheiro público se espalhou pela Esplanada inteira.

Vejam alguns exemplos dos pagamentos já realizados à OEI por diversos órgãos do Governo Federal, documentados em nossa representação ao TCU. Apenas nos contratos firmados sob esse decreto, o Ministério da Educação — MEC, pasmem, pagou integralmente seu contrato de mais de 3,5 milhões reais. O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos — MGI já desembolsou mais de 312 mil reais. O Ministério da Cultura já pagou mais de 3,3 milhões de reais. A Secretaria Extraordinária para a COP 30 — SECOP, ligada à Casa Civil, pagou mais de 20 milhões de reais referentes ao primeiro contrato. O Ministério da Igualdade Racial já transferiu 6,7 milhões de reais à OEI, somando contratos para o G20 e para a COP 30. A Empresa Brasil de Comunicação — EBC, nossa TV estatal, estatal, pagou quase 4,9 milhões de



reais. O Ministério dos Povos Indígenas, que deixa os indígenas morrerem de fome, já repassou 2 milhões de reais. Cadê os indígenas que estão em Brasília para reivindicar esses 2 milhões de reais? A Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República pagou quase 190 mil reais. E por aí vai. Até a Companhia Docas do Rio de Janeiro, vinculada ao Ministério de Portos e Aeroportos, entrou na dança com um contrato de 2,5 milhões com a OEI para a COP 30.

Isso, nobres colegas, são dezenas de milhões de reais já pagos. Soma-se a isso quase 100 milhões de reais que o Governo doou voluntariamente. Nossa, que Governo bonzinho!

A Primeira-Dama Janja, que ocupa um cargo na própria OEI, circulava livremente pelo Governo levantando suspeitas de tráfico de influência no tempo do caso do Sr. Leonardo Barchini, figura central nesse esquema. Ele transitou em cargos do alto escalão no Ministério da Educação e na Diretoria da OEI no Brasil, chegando a assinar contratos pela OEI quando estava nomeado para voltar ao Ministério.

O que fica claro, nesses 54 segundos que me restam, é que nós exigimos transparência total. E é por isso que nós estamos denunciando este que pode, como eu disse no começo da minha fala, ser um esquema muito maior e muito mais aprimorado do que o próprio mensalão, petrolão, "cucão", e por aí vai.

A verdade é uma só, Presidente: a desgraça da Esquerda trouxe desgraça à Nação brasileira, roubando de seu povo o direito de viver em paz e de ter prosperidade.

Vocês são um verme que está acabando com a minha Nação. E eu, neste plenário, acabarei com a farra de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 4/10

53.2025	Sessão Ordinária - CD	22/04/2025-15:36
Publ.: DCD - 23/04/2025 - 91	Renilce Nicodemos-MDB -PA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

A Deputada ressaltou três eixos centrais de seu mandato: a saúde da mulher, a cidadania ativa e o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Destacou a criação do Instituto Ercília Nicodemos e da Casa Rosa, iniciativas voltadas à promoção da saúde feminina no Pará, com foco no atendimento médico e no



acolhimento humanizado. Também anunciou a liderança da recém-criada Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde das Mulheres. Em seguida, enfatizou a relevância da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 (COP30), que ocorrerá em Belém (PA), como oportunidade de transformação social e valorização da floresta e de seus povos. Finalizou homenageando o Governador Helder Barbalho e a Vice-Governadora Hana, reforçando o compromisso com o Pará e convidando os Parlamentares a se engajarem no evento climático.

A SRA. RENILCE NICODEMOS (Bloco/MDB - PA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo hoje a esta tribuna com o coração transbordando de gratidão, responsabilidade e esperança. Falo não apenas como Parlamentar, mas como filha do meu amado Pará, mulher amazônica, defensora da saúde, da justiça social e do futuro da nossa terra.

Sou Renilce Nicodemos, Deputada Federal eleita com o apoio do meu amado Pará e conhecida, com muito orgulho, como a força da mulher paraense. Quero, neste momento, falar sobre três compromissos que assumo com a alma e com o coração: a saúde da mulher, a cidadania ativa e o futuro sustentável da Amazônia.

Começo pela saúde, porque foi ela que me despertou para a vida pública. Foi através da dor, da ausência de acesso e da injustiça no atendimento que eu entendi minha missão. E foi daí que nasceu, em 2012, o Instituto Ercília Nicodemos, criado em homenagem à minha avó, uma mulher muito forte que me ensinou a nunca virar as costas para quem precisa.

O instituto nasceu da escuta sensível e do braço estendido a quem mais sofre, da vontade de fazer chegar saúde e dignidade a quem mora longe dos grandes centros, a quem enfrenta filas, descaso e abandono. Ele nasceu do olhar atento e da empatia a quem tantas vezes é esquecido.

Mais de uma década depois, o instituto é um símbolo de cuidado e de compromisso. Levamos atendimento médico, exames, consultas, orientação e prevenção para homens, mulheres, crianças e idosos. Lutamos contra o câncer, contra o preconceito e contra a violência que muitas vezes se esconde dentro dos próprios lares. Atuamos de forma incansável, com um olhar humano firme e cheio de amor.

Mas eu queria ir além. Foi a memória viva da minha avó e a luta diária de tantas mulheres do Pará que me inspiraram a fundar a Casa Rosa, um lugar onde o cuidado vai além da medicina, onde a mulher é acolhida, ouvida e tratada com respeito e carinho.

A Casa Rosa já faz em mais de cinco Municípios do meu amado Pará exames como preventivo de câncer de colo de útero — PCCU, ultrassonografia, atendimento ginecológico, clínico e psicológico. Mais que isso, ela devolve a autoestima, devolve a esperança e devolve a vida. A Casa Rosa é um grito de



resistência, um abrigo contra a invisibilidade, um farol para milhares de mulheres que antes não tinham a quem recorrer. Eu me orgulho profundamente por ter criado esse espaço, que transforma realidades com afeto e dignidade.

Foi essa vivência, esse compromisso e essa emoção que me levaram a um passo inédito na história desta Casa: a criação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Saúde das Mulheres. Pela primeira vez no Congresso Nacional, temos uma frente dedicada exclusivamente à saúde feminina.

Tenho a honra de presidir esse movimento, que trata com seriedade e urgência de questões que envolvem desde a prevenção do câncer de mama e do colo de útero até saúde mental, direitos reprodutivos, acesso à informação e proteção das nossas meninas e mulheres. Essa frente ouve o Brasil das mães solo, das mulheres que sofrem caladas, das que enfrentam preconceitos e batalhas invisíveis todos os dias. A nossa voz aqui é a nossa força aqui.

E falando em força, não posso deixar de mencionar a Amazônia, que este ano será protagonista do maior palco ambiental do planeta, a COP 30, que acontecerá em Belém, no coração do meu amado Pará. É uma honra imensa, mas é também um chamado à responsabilidade. A escolha de Belém como sede da COP é o reconhecimento internacional da importância da nossa floresta, do nosso povo e da nossa capacidade de liderar soluções para o futuro do planeta.

Junto com o nosso querido Governador Helder Barbalho, não faremos apenas a melhor COP do mundo, faremos a COP da nossa gente. Tenho acompanhado, ao lado do Governador Helder e da nossa querida Vice-Governadora, os preparativos para que esse evento não seja só um evento, mas também um grande investimento em mobilidade, saneamento, segurança, conectividade e, acima de tudo, uma transformação social.

Não queremos uma COP de discursos distantes. Queremos uma COP com a alma da Amazônia, com a cara do nosso povo; uma COP que escute o pescador, a agricultora, a mulher ribeirinha, o jovem indígena; uma COP que respeite o saber dos povos originários, que valorize os territórios tradicionais e entenda que sustentabilidade não existe sem justiça social. Estamos construindo a COP da floresta, que será, sim, um evento global, mas que deixará um legado profundo, duradouro e transformador para o nosso povo.

E para que isso aconteça, esta Casa precisa estar junto. Os Parlamentares desta Câmara são fundamentais para garantir que a COP 30 seja um marco histórico, não só ambiental, mas também social, econômico e humano para o nosso Brasil.

Finalizo dizendo que sigo movida pela mesma fé que me fez acreditar que uma mulher do interior do meu amado Estado do Pará poderia chegar até aqui. Com muita coragem e dedicação, criamos o Instituto Ercília Nicodemos para fazermos mais. Que a força da Amazônia, das mulheres e do nosso povo paraense continue ecoando entre estas paredes! E que possamos fazer política com o propósito, com a alma e com o coração no lugar certo, ao lado do nosso



povo que mais precisa.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer um convite a esta Casa, aos Deputados, para que possam se sentir à vontade e participarem da COP 30, que será este ano no meu amado Pará.

Aproveito para parabenizar a gestão do nosso querido Governador Helder Barbalho, que vem fazendo um trabalho com muito carinho e muita responsabilidade. O nosso querido Governador Helder, sem sombra de dúvida, irá fazer uma linda COP, para todos aqueles que tanto precisam, a COP de que o Pará precisava, a COP da nossa linda e amada Belém.

Quero agradecer também os cuidados da nossa querida Vice-Governadora Hana, que tem sido uma mulher guerreira, atenciosa e que tem feito um trabalho maravilhoso por todo o amado Pará.

Aqui eu finalizo pedindo ao Sr. Presidente que a minha fala possa ser divulgada por todas as redes de comunicação desta Casa.

Também queria agradecer imensamente o carinho do nosso querido Presidente Baleia Rossi e do nosso querido Líder Isnaldo Bulhões Jr.

Que possamos seguir sempre firme e fortes, trabalhando por um Brasil melhor e, cada vez mais, por um Pará melhor!

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 5/10

53.2025	Sessão Ordinária - CD	22/04/2025-16:52
Publ.: DCD - 23/04/2025 - 115	Da Vitoria-PP -ES	
	BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

O Deputado parabenizou a Amcham Brasil pelo lançamento da agenda legislativa com prioridades para o Congresso Nacional. Destacou a parceria com a entidade ao longo da legislatura para fortalecer o ambiente de negócios no País. Defendeu avanços na competitividade brasileira e na relação comercial com outros países, especialmente com os Estados Unidos. Ressaltou ainda a importância do envolvimento do Parlamento nos debates internacionais, como os relacionados à próxima edição da COP no Brasil.

O SR. DA VITORIA (Bloco/PP - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) -



Sr. Presidente, muito obrigado.

Quero apenas parabenizar a Amcham Brasil por ter lançado hoje a agenda legislativa com as prioridades legislativas para esta Casa.

Como Presidente da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento, caminhamos junto com a Amcham no decorrer do ano legislativo e desta legislatura, para que nós pudéssemos dar condições ao Brasil de melhorar o seu ambiente de negócios, de trabalhar a sua competitividade, de ter uma relação no comércio internacional com o nível de que o País precisa, pelo tamanho geográfico que tem e com as preocupações que possui, como a COP que será realizada no Brasil, para que nós possamos trazer o Parlamento para mais perto desse diálogo internacional, principalmente com os Estados Unidos, em razão da preocupação que nós temos hoje.

Muitos Parlamentares contribuíram conosco, como V.Exa., Presidente, que sempre está ao nosso lado. Vamos continuar na Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio Internacional e do Investimento alinhados com a Amcham para promover os avanços do nosso Brasil.

Obrigado, Presidente.

Documento 6/10

61.2025	Sessão Ordinária - CD	28/04/2025-18:20
Publ.: DCD - 29/04/2025 - 43	Clodoaldo Magalhães-PV -PE	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da COP 30, que será sediada no Brasil em 2025, e defendeu o protagonismo do País no combate à crise climática global. Alertou para os efeitos já sentidos no Estado de Pernambuco, como secas no Sertão, avanço do mar e chuvas extremas. Reforçou que o evento deve servir para dar voz à Amazônia, aos povos indígenas e às comunidades vulneráveis. Elogiou o compromisso do Governo Federal com a pauta ambiental e defendeu políticas públicas nacionais que incentivem o desenvolvimento sustentável e a preservação dos biomas brasileiros.

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados aqui presentes, subo à tribuna no dia de hoje para tratar de um assunto pelo qual a humanidade



inteira clama, e o Brasil vem, no ano de 2025, a ser o centro desse clamor. Sediaremos este ano a COP 30. O Brasil tomou um lugar de destaque na crise mundial do aquecimento global, que vinha sendo anunciada há tantas décadas pelo Partido Verde e tantos outros movimentos progressistas da humanidade, que alertavam que nós teríamos uma temperatura na Terra gradativamente maior e insuportável para a vida humana. Chegamos a mais de 1 grau de aquecimento nos últimos anos. O ano de 2024 foi o mais quente dos últimos 175 anos. Temos batido novos recordes de calor, de queimadas, de desastres climáticos, e, nos últimos anos, o Brasil perdeu mais de 1 milhão de hectares de florestas, apesar dos esforços envidados pelo Governo do Presidente Lula nos últimos 2 anos.

Em Pernambuco, meu Estado, vivemos isso na pele. A seca castiga o Sertão, o aumento do nível do mar ameaça comunidades inteiras do litoral, da Mata Sul, de Municípios com os quais eu convivo, como Água Preta, Palmares, Barreiros, Catende, Belém de Maria, São Benedito do Sul, Maraial, Sirinhaém, Barra de Guabiraba. As chuvas extremas vitimaram centenas de pessoas na Região Metropolitana do Recife, por exemplo, em 2022. Isso é um reflexo direto dessa emergência climática que muitos ainda insistem em ignorar, em avançar contra a ciência.

Não se trata apenas de sediar um evento como o que vamos sediar, que é a COP, mas de dar voz à Amazônia e colocar o Brasil — o Brasil real, da floresta, dos rios, dos povos indígenas, das comunidades vulneráveis por todo o território nacional — no centro das decisões mundiais sobre o futuro do planeta. A COP 30 é o nosso chamado à responsabilidade, é a nossa chance de liderar com coragem e ambição uma nova agenda de preservação e desenvolvimento sustentável.

Felizmente, contamos hoje com o Governo Federal, que tem demonstrado compromisso e sensibilidade com a pauta ambiental, que resgata a imagem do Brasil diante do mundo e fortalece as políticas essenciais para a proteção dos biomas em que vivemos. Pernambuco, que abriga a exuberância da Caatinga e do bioma...

(Desligamento do microfone.)

O SR. CLODOALDO MAGALHÃES (Bloco/PV - PE) - ... tem mostrado em várias iniciativas locais que é possível crescer respeitando a natureza, mas precisamos de políticas públicas nacionais que apoiem esses esforços e que incentivem a inovação sustentável.

Que a COP 30 marque o início de uma virada verdadeira. Que a Amazônia, a Caatinga, o Sertão, que Pernambuco e o Brasil possam ser símbolos de esperança para o mundo.

Que este pronunciamento seja transmitido por todos os meios de comunicação da Casa, Sr. Presidente.



Documento 7/10

61.2025	Sessão Ordinária	28/04/2025-18:00
	CD	
Publ.: DCD - 29/04/2025	- Capitão Alberto Neto-PL -AM	
174		
	ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

O Deputado criticou os investimentos previstos para a COP30, que será realizada em Belém do Pará em 2025, apontando uma profunda contradição entre os discursos sobre sustentabilidade e a realidade enfrentada pela população local. Denunciou a precariedade do saneamento básico em Belém, que está entre as piores capitais nesse quesito, contrastando com os R\$ 5 bilhões estimados para o evento, incluindo a construção da luxuosa "Vila de Líderes". Sugeriu que os recursos deveriam ser aplicados em infraestrutura básica, como saneamento, moradia digna e transporte sustentável, beneficiando de forma duradoura os habitantes da região. Além disso, levantou suspeitas sobre a transparência no processo licitatório, lembrando experiências negativas de megaeventos anteriores no Brasil. Por fim, defendeu um modelo de desenvolvimento que una proteção ambiental e justiça social, cobrando coerência entre os compromissos climáticos e as ações efetivas do poder público.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO (SEM REGISTRO TAQUIGRÁFICO).

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,
Venho hoje falar sobre uma situação que ilustra perfeitamente o



abismo entre os discursos oficiais e a realidade concreta das políticas públicas em nosso país. Em novembro de 2025, Belém do Pará sediará a COP30, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, um evento que deveria representar o compromisso genuíno com a sustentabilidade e a justiça ambiental. No entanto, o que observamos são contradições profundas que merecem nossa atenção crítica.

Enquanto Belém figura entre as dez piores cidades do Brasil em termos de saneamento básico, ocupando a vergonhosa 23ª posição entre as 27 capitais brasileiras, o governo federal e estadual anunciaram investimentos iniciais de R\$ 220 milhões para a construção da chamada "Vila de Líderes" ou "Vila COP30". Este complexo de luxo oferecerá 500 quartos de padrão cinco estrelas, restaurantes, bares, piscinas, academias e spas para receber os dignitários e participantes do evento.

O valor total destinado à COP30 se aproxima dos R\$ 5 bilhões, recursos que estão sendo drenados de instituições como o BNDES e a Itaipu Binacional. É um montante expressivo que poderia transformar a realidade sanitária e social da cidade, proporcionando dignidade básica aos seus habitantes.

Que mensagem enviamos ao mundo quando falamos de sustentabilidade global em meio a uma cidade onde a população local convive diariamente com esgoto a céu aberto e falta de acesso à água potável? Qual a credibilidade de discursos sobre justiça climática quando os recursos públicos são direcionados para construir ambientes de luxo temporários enquanto ignoramos necessidades permanentes da população?

Os preparativos para a COP30 revelam uma visão de sustentabilidade seletiva e de fachada. Cria-se ilhas de excelência em meio a um oceano de problemas estruturais. Polimos e reformamos apenas o que será visto pelos visitantes internacionais, maquiando a realidade local com projetos faraônicos que não atacam as raízes dos problemas socioambientais da região.

Além dos questionamentos éticos sobre as prioridades de investimento, pairam dúvidas sobre o próprio processo de licitação das obras. O consórcio vencedor apresentou uma proposta aproximadamente R\$ 45 milhões mais cara que outros concorrentes. A justificativa oficial se apoia em "critérios técnicos", mas a transparência desse processo merece ser questionada.

Este cenário nos remete a outros megaeventos sediados no Brasil, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, quando promessas



grandiosas de legados permanentes se traduziram, em muitos casos, em estruturas abandonadas e benefícios que não chegaram às populações mais vulneráveis.

Um verdadeiro compromisso com a sustentabilidade e o combate às mudanças climáticas não pode dissociar a questão ambiental da justiça social. Se queremos proteger a Amazônia e seu papel crucial para o equilíbrio climático global, precisamos olhar para as condições de vida das populações amazônicas.

A COP30 poderia ser uma oportunidade para implementar um modelo de evento internacional de baixo impacto ambiental, com investimentos direcionados prioritariamente para infraestrutura básica que beneficiasse permanentemente a população local. Investimentos em saneamento básico, em sistemas de transporte público eficientes e sustentáveis, em geração de energia limpa que atendesse às comunidades mais isoladas.

Ao invés de construir uma vila luxuosa para hospedar líderes por alguns dias, poderíamos investir em moradias dignas e sustentáveis para os milhares de famílias que vivem em condições precárias na região metropolitana de Belém. Em vez de propagar a imagem de um Brasil comprometido com a sustentabilidade, poderíamos construir um Brasil efetivamente sustentável.

A COP30 e sua "Vila da Insensatez" representam, em última análise, a contradição fundamental entre discurso e prática que permeia nossas políticas ambientais. Enquanto não superarmos essa dissociação, continuaremos a produzir eventos espetaculares que servem mais à diplomacia dos comunicados oficiais do que à transformação efetiva da realidade socioambiental.

É hora de questionarmos esse modelo e exigirmos que os recursos públicos sejam investidos em projetos que conjuguem efetivamente a proteção ambiental com a promoção da dignidade humana. Só assim poderemos falar honestamente sobre desenvolvimento sustentável e justiça climática.

Muito obrigado.

Solicito a divulgação deste discurso nos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa Voz do Brasil.



63.2025

Sessão Ordinária - CD

29/04/2025-15:00

Publ.: DCD - 30/04/2025 - Ivan Valente-PSOL -SP
101

BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.725, de 2025, de sua autoria, que proíbe novos blocos de exploração de petróleo e gás na Amazônia Legal e recuperar áreas já degradadas. Argumentou que a proposta está alinhada com os compromissos climáticos da COP e visa proteger regiões sensíveis, como a Foz do Rio Amazonas, que abriga manguezais, corais e comunidades tradicionais. Além disso, defendeu a requalificação profissional e a promoção de uma economia sustentável, com a Petrobras liderando a transição energética.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, nós apresentamos o Projeto de Lei nº 1.725, de 2025, que proíbe a oferta de novos blocos de exploração de petróleo e gás em uma vasta região da Amazônia Legal e, mais do que isso, propõe a recuperação ambiental de áreas onde já está sendo explorado petróleo, mas são áreas impróprias para isso.

Nós estamos aqui para falar exatamente do tamanho dessa proposta, que está em linha com as decisões da COP 15. Nós vamos realizar a COP 30 no Brasil. Ela vai ser comandada pelo nosso País, pelo Governo Lula, e nós temos que marcar posição ali como campeões na defesa do meio ambiente contra o aquecimento global.

Por isso, nós apresentamos essa proposta e dizemos que ela é ambiciosa, porque vai atrás de dezesseis províncias geológicas para proteção e mais várias bacias sedimentares. Essa proposta certamente marcará a história, a linha do País no enfrentamento do problema que é o maior produtor de gás de efeito estufa: o petróleo e o gás natural. É nessa direção que o Brasil, que tem a maior biodiversidade do planeta, deve marchar.

Na verdade, o que nós estamos propondo é que haja recuperação, inclusive das áreas que já foram degradadas, atingindo a biodiversidade brasileira, a fim de que nós caminhemos para um processo de descarbonização em que o Brasil tenha papel essencial. Muitos estão perguntando: "*Como ficam os trabalhadores? Como fica a situação do Amapá?*" O Amapá tem 600 mil, 700 mil habitantes, e é uma das áreas mais preservadas do Brasil e do planeta. É exatamente por isso que essa proposta é importante, pois no Amapá está a Foz do Rio Amazonas, uma área extremamente sensível, um dos maiores manguezais do planeta, com corais que estão numa ampla área da bacia. E



mais, ali há terras indígenas, quilombolas e ribeirinhos que vivem da pesca. E nós sabemos que aquela área é de correntes muito fortes; inclusive, já houve plataformas de petróleo, de experimentos, que foram arrastadas.

Nós estamos propondo a requalificação dos trabalhadores e, mais do que isso, que se use a criatividade para a geração de empregos locais, em relação àquilo que a região pode oferecer de melhor: a indústria sustentável, em vez da indústria do petróleo.

Não podemos acreditar que, sem medidas adicionais, vamos atingir a meta 67% de redução de gases de efeito estufa até 2035, para atingir 1,5° Celsius de limitação no aquecimento, de volta para a era industrial, ou 2% no final do século, ou a descarbonização em 2050. E vai haver *royalties* para todo mundo.

O povo daquela região tem que entender que é necessária outra proposta, qual seja o financiamento de uma nova transição energética, em que a Petrobras seja a campeã da indústria verde, da transição verde, porque os *royalties*, para uma região como aquela, demoram mais de 15 anos para chegar. Nós já estamos em 2025; eles chegariam em 2040. Portanto, esta é a hora de declinarmos da exploração de petróleo. Aliás, já deveríamos ter declinado, e não o contrário.

Por isso, nós apresentamos esse projeto e queremos dizer que ele não é incompatível com as demandas urgentes da crise climática. Pelo contrário, ele é compatível, é possível, é necessário, fala a favor do nosso País, fala a favor do povo brasileiro, porque essa é a saída para gerar empregos de outro tipo e para garantir renda para os trabalhadores brasileiros.

Nós entendemos que esse projeto deve ganhar o apoio de muitos Parlamentares, de partidos políticos e, mais do que isso, da sociedade civil, já que, segundo a última pesquisa, mais de 80% apoiam a luta climática no nosso País. Por esse motivo, esse projeto deve tramitar com sucesso aqui na Câmara dos Deputados.

Presidente Charles Fernandes, nós entendemos que este debate vai ser longo, porque há pessoas que são imediatistas. Elas acham que vão resolver o problema de áreas pobres da Amazônia contaminando bacias sedimentares. Não! É o contrário! A Amazônia precisa ter o seu projeto de desenvolvimento, de distribuição de renda, de garantia de empregos. O que mais pode prejudicar isso é o imediatismo. O Rio de Janeiro é um exemplo disso: com a maior produção de petróleo do Brasil, o Estado é endividado e, mais do que isso, não produziu melhoria no IDH, e numa área da Região Sudeste; o Rio não tem IDH compatível com isso.

O Brasil precisa se projetar na COP como o campeão na defesa do meio ambiente e contra a crise climática que causou tantos desastres no nosso País.

Obrigado, Presidente.



Documento 9/10

63.2025	Sessão Ordinária - CD	29/04/2025-15:32
Publ.: DCD - 30/04/2025 - 110	Joseildo Ramos-PT -BA	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado alertou para o risco de o Brasil perder a liderança na proteção ambiental diante de retrocessos no arcabouço legal. Argumentou que mesmo sendo o País mais biodiverso do mundo e prestes a sediar a COP 30, o Brasil viu seu marco regulatório enfraquecer, ameaçando a preservação de biomas como Amazônia, Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado. Destacou que o País possui uma “oportunidade de ouro” para retomar o protagonismo global na governança ambiental, reforçando que a proteção da biodiversidade deve ser tratada como prioridade estratégica. Também afirmou que o Governo Lula precisa reafirmar essa liderança, apesar das dificuldades impostas por decisões legislativas que enfraqueceram políticas ambientais e limitaram o protagonismo de setores responsáveis pela preservação do patrimônio natural brasileiro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (Bloco/PT - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, subo a esta tribuna para tratar de uma oportunidade que o Brasil tem de definitivamente se firmar como liderança, a partir do seu arcabouço legal de proteção do meio ambiente. Nós temos seis biomas, cinco macrorregiões. Além disso, nós seremos sede da COP 30. E o Brasil retrocedeu no seu arcabouço legal e pode perder a vanguarda, a liderança de uma boa governança do seu maior patrimônio de biodiversidade.

Nós somos o país mais biodiverso do mundo, que, ao sediar a COP 30, terá condição de assumir um posto de liderança que não deve perder. Nós temos um patrimônio, um ativo que é imensurável, que é a nossa biodiversidade, e ela precisa estar à disposição da manutenção, doravante, de todos os biomas, da riqueza da Amazônia, da Mata Atlântica, da Caatinga, do Cerrado. Estamos para o mundo assim como aquele que tem a oportunidade de fazer com que a vida e as espécies que ainda resistem tenham um lugar para viver.

Portanto, o Brasil tem uma oportunidade de ouro para seguir liderando esse processo de proteção do nosso ambiente, da nossa casa, da Terra. Nós só temos esta única casa. E o Brasil deverá transitar nesse processo de garantir, repito, a liderança, para, de fato, proteger a nossa Terra de um verdadeiro perigo que está o tempo todo rondando, que é a destruição das nossas reservas vegetais,



animais. A nossa biodiversidade corre risco.

Portanto, nós, o Governo Lula, temos que falar com propriedade para todo mundo que nós teremos a vanguarda merecida por tudo que fizemos até hoje para proteger o meio ambiente, em que pesem os seguidos retrocessos, do ponto de vista legal, que esta Casa votou em determinados momentos, tirando o protagonismo de algumas áreas e criando dificuldade para que possamos garantir esse verdadeiro tesouro de biodiversidade para o mundo.

É disso que se trata, Sr. Presidente.

Documento 10/10

64.2025	Sessão Ordinária - CD	30/04/2025-10:56
Publ.: DCD - 01/05/2025 - 50	Ivan Valente-PSOL -SP	
	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

O Deputado destacou a importância da 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, que ocorrerá em Brasília (DF), de 6 a 9 de maio, como preparação para a COP 30, a Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas que será sediada em Belém (PA), em 2025. Defendeu que o Brasil assuma protagonismo global no combate ao aquecimento climático, especialmente por ser detentor da maior biodiversidade do planeta e do segundo maior volume de água doce do mundo. Alertou para os impactos da exploração de petróleo e gás na Amazônia, das queimadas incentivadas pelo agronegócio, da mineração predatória, inclusive em terras indígenas, e das fraudes no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Por fim, reforçou a urgência de medidas ambientais estruturantes e sustentáveis e pediu que o Governo Lula reforçasse sua liderança internacional como potência ambiental, exigindo contrapartidas dos países desenvolvidos para o financiamento climático sem abrir mão da soberania e do exemplo ecológico.

O SR. IVAN VALENTE (Bloco/PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje eu quero ocupar esta tribuna para dizer que de 6 a 9 de maio nós teremos a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente, aqui em Brasília. É um momento muito especial, porque se realizará no Brasil, na cidade de Belém, na Amazônia brasileira, a 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 30. É o momento de o Brasil ser o grande protagonista desta COP, como foi na COP 15, que determinou prazos para que fosse reduzido o aquecimento global, e nós tivemos um papel muito importante. Aqui, ainda mais, na Amazônia, com a



simbologia e com a sensibilidade que temos, nós devemos comandar esse processo.

Nosso País tem, sem dúvida, muitas respostas a dar. Uma delas eu quero realçar com o nosso PL 1.725/2025, que é contra novas instalações e licenças para exploração de petróleo e gás na Amazônia. Espero que façamos da COP um grande movimento para o Brasil ser campeão na luta contra o aquecimento global. Nós sabemos que o maior protagonista do aquecimento global é a queima de petróleo e gás no mundo todo.

O Brasil tem muitos problemas, como a mineração, Presidente. V.Exa. sabe disso. Há a Vale, a Samarco, em Minas Gerais, mas não é só isso. Há também a exploração de ouro em terra indígena, no meio da floresta, para lucro próprio. Falo de toda matéria de degradação ambiental. Nós devemos combater a mineração inclusive em terras indígenas, como na dos ianomâmis.

Mais do que isso, há as florestas que queimam, com a anuência do agronegócio. Sim, os ruralistas não condenam — essa que é a verdade — a expansão da fronteira agrícola, a sobreposição de territórios, o desrespeito ao Código Florestal, que foi aqui aprovado em 2012. Nós temos um Estado do Pará inteiro, 140 milhões de hectares, falsificado com sobreposição de terrenos. Sabe para quê? Para fazer queimadas, para fazer grilagem de terras, para fraudar o Cadastro Ambiental Rural. Isso tudo precisa ser visto na COP.

As queimadas são a grande questão climática do Brasil. O Brasil foi vítima das enchentes do Rio Grande do Sul, da queimada do Pantanal — que era um território inundado, entende? — e da seca do próprio Rio Amazonas, o mais caudaloso dos rios do mundo. Isso é um absurdo!

É o momento de o Brasil ser protagonista, de fazer exigências internacionais para investimentos na questão climática e de bater duro na visão trumpista, apoiada pelo bolsonarismo e pelo agronegócio, para furar poço de petróleo, como ele mandou que se queimasse mais petróleo ainda no mundo. Tudo isso estará na COP 30, e eu acho que o Brasil tem que ser um exemplo de potência ambiental — e ele o é. Então, com um território como este, com a maior biodiversidade do planeta, com o papel dos povos indígenas e das terras indígenas na preservação de florestas e rios e com a luta contra a poluição nas grandes cidades, tudo isso lá estará colocado.

A questão hídrica no nosso País tornou-se, sem dúvida... O Brasil é o segundo maior reservatório de água doce do mundo, sendo que o primeiro, o Canadá, está com muitas de suas partes congeladas pelo frio. Então, nós temos um papel nisso tudo e não podemos ceder a pressões internacionais. Os financiamentos têm que vir, mas a preservação e o exemplo são fundamentais.

Peço ao Governo Lula que invista muito no seu papel protagonista como potência ambiental no nosso País.



Muito obrigado, Presidente.
